

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SANTO – TO**  
**EXTRATO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº 10/2024**

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SANTO – TO.

**CONTRATA:** VALE SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA-ME, inscrito no CNPJ11.175.340/0001-70, Rua Bernardino Bogo, 110, Sala 02, Centro CEP 87160-000, na cidade de Mandaguaçu - PR;

**OBJETO:** Serviços de apoio técnico administrativos presencial em plataformas digitais e comunicação institucional para o atendimento da Lei de Acesso a Informação 12.527/2011 e Transparência 131/2009, Acompanhamento dos Checklist MP, TCE e Ranking nacional de Transparência, junto ao Portal Institucional e Transparência, Hospedagem de Dados e-mails institucionais. a fim de atender as demandas da Lei de Acesso a Informação e Boas Práticas de Transparência aproximando a comunidade dos gestores, levando a informação de forma atrativa e comunicativa.

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** dispensa de Licitação n.º 09/2024.

**VALOR TOTAL R\$ 26.400,00**(vinte seis mil e quatrocentos reais).

**DATA DO CONTRATO:** 29 de FEVEREIRO de 2024, **VIGÊNCIA:** 29 de FEVEREIRO de 2024 até 31 de Dezembro de 2024.

MONTE SANTO – TO, 06 de março de 2024  
DONIZETE PEREIRA DA LUZ  
PRESIDENTE

## PORTARIA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2024

“Serviços de apoio técnico administrativos presencial em plataformas digitais e comunicação institucional para o atendimento da Lei de Acesso a Informação 12.527/2011 e Transparência 131/2009, Acompanhamento dos Checklist MP, TCE e Ranking nacional de Transparência, junto ao Portal Institucional e Transparência, Hospedagem de Dados e-mails institucionais. a fim de atender as demandas da Lei de Acesso a Informação e Boas Práticas de Transparência aproximando a comunidade dos gestores, levando a informação de forma atrativa e comunicativa”.

A CAMARA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e,

**Considerando** que o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público;

**Considerando** que este órgão preza pelo cumprimento das determinações dos órgãos de controle externo;

**Considerando** Diante disso, no realizar o planejamento das atividades a Administração detectou-se a necessidade de realizar a Serviços de apoio técnico administrativos presencial em plataformas digitais e comunicação institucional para o atendimento da Lei de Acesso a Informação 12.527/2011 e Transparência 131/2009, Acompanhamento dos Checklist MP, TCE e Ranking nacional de Transparência, junto ao Portal Institucional e Transparência, Hospedagem de Dados e-mails institucionais. a fim de atender as demandas da Lei de Acesso a Informação e Boas Práticas de Transparência aproximando a comunidade dos gestores, levando a informação de forma atrativa e comunicativa, pois essa é a função do Poder Público, trabalhar com todos os princípios. A contratação de pessoas jurídicas interessadas em realizar serviços na área da Administração planejamento e orçamentos, enquadra-se em hipótese de dispensa de licitação, prevista no artigo 75, inc. II, da Lei 14.133/2021

**Considerando** ainda que em cumprimento do despacho inicial o procedimento recebeu manifestação financeira favorável, inclusive registrando a rubrica orçamentária pertinente à suportar a respectiva despesa.

**Considerando** manifestação jurídica **favorável** à instrução dos autos objetivando a contratação direta do aludido objeto, mediante dispensa de licitação lastreada no art. 75, II da lei n. 14.133/2021 c/c Decreto de Regulamentação n. 05/2024.

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Através desta portaria Dispensa de Licitação para Contratação de Serviço de Assessoria e consultoria no departamento de pessoal destinado a suprir as necessidades da Câmara Legislativa que será pago oriundo de recurso próprio, mediante contratação direta da

empresa: VALE SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA-ME, inscrito no CNPJ11.175.340/0001-70, Rua Bernardino Bogo, 110, Sala 02, Centro CEP 87160-000, na cidade de Mandaguaçu - PR.

**Art. 2º** - A contratação que se refere o artigo anterior deverá ser precedida de instrumento contratual, sendo parte integrante deste, observando as exigências elencadas na Lei n. 14.133/2021.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

MONTE SANTO/ TO, 29 DE FEVEREIRO 2024.

**DONIZETE PEREIRA DA LUZ**  
**PRESIDENTE**